

1. Em defesa da "teoria"

Como contribuição ao debate sobre produção de conhecimento em ciências sociais, especialmente na economia, este pequeno ensaio faz algumas observações preliminares sobre o papel da teoria e da técnica no desenho do desenvolvimento econômico, o que por si só serve para revelar a natureza das dificuldades enfrentadas pela profissão. Com efeito, a ideia de uma "teoria" sobre um tema tão "prático", como o desenvolvimento econômico, encontra problemas gerais e específicos. Em termos genéricos, é a própria teoria econômica que encontra objeções, especialmente quando se propõe a fornecer receitas poderosas, embora nem sempre intuitivas, para a prosperidade das nações em qualquer época e lugar. A ciência econômica parece, efetivamente, oferecer soluções que, na prática, não dispõe. Todavia, a despeito de suas limitações, é grandemente demandada por políticos ambiciosos (e amiúde bem-intencionados) que buscam ideias e programas mas, com frequência, impõem restrições à natureza exata das recomendações que vêm buscar. A relação entre os economistas formuladores, os ditos "teóricos" do desenvolvimento econômico, e os responsáveis em última instância pela condução do processo, os políticos eleitos, é sempre muito tensa, aqui como em qualquer parte. Sempre se pode discutir se são as teorias revolucionárias que abrem novos caminhos para os políticos, ou se a intuição privilegiada desses senhores é que proporciona as respostas criativas que, anos adiante, permitem a construção de teorias. A primazia entre a história do pensamento e a história econômica é um tema fascinante e complexo, porém grande demais para os limites desse ensaio. Para nossos propósitos é suficiente observar, num terreno mais prático, que os desafios enfrentados pela teoria, e pelos economistas profissionais em particular, quando fora dos muros da academia, são difíceis. Os economistas interagem com o seu objeto de estudo de maneiras impensáveis para os químicos, por exemplo. Ademais, quando se trata de definições de política econômica e do roteiro do desenvolvimento econômico, o processo decisório terá de envolver diálogo e persuasão, artes nas quais os economistas, a julgar pela experiência e salvo pelas exceções de praxe, não têm sido bem treinados. Nessas esferas decisórias prevalecem considerações políticas, é verdade, interesses grandes e pequenos, e a disputa no terreno da opinião pública, onde as regras não são limpas como as da academia, para não falar da conquista do coração do Príncipe, das intrigas palacianas e dos materiais que compõem o dia-a-dia da imprensa. Diante de tudo isso, os economistas daqui e de outras partes continuam otimistas quanto

à real utilidade de uma teoria para o desenvolvimento econômico, ou seja, quanto à sua capacidade de oferecer receitas que ajudem países a conquistar a prosperidade. Muitos profissionais podem ter sofrido desilusões nessas tentativas, mas mesmo sem ilusões, a profissão continua a fornecer ao mundo político profissionais focados na busca do bem comum.

A "teoria" do desenvolvimento é construída primordialmente a partir de racionalizações da experiência internacional de desenvolvimento econômico, de modo que a sua relação com a História é muito especial, muito mais do que em outros ramos menos "aplicados" da teoria econômica. Esta origem empírica é, na verdade, um traço bastante mais geral de todas as "ciências do homem", ou ciências sociais. Escolados na diversidade, os economistas, historiadores e cientistas sociais, em geral, sabem que a trajetória de cada país é única, e que as lições da História são de enorme valor, embora de difícil discernimento e traslado para outros contextos. Conforme ensina David Landes, o historiador das inovações tecnológicas que constituíram a Revolução Industrial, "como seria reconfortante poder retirar lições precisas da imensa tapeçaria de experiências humanas e apresentá-las aos industrializadores de hoje, para que eles evitem os erros de seus predecessores! A História, afinal de contas, diz ele, é um sacrifício no altar da esperança - esperança de que o homem possa um dia conhecer mais sobre o homem e possa dominar a si mesmo como hoje domina a natureza".

O problema é que a História não oferece lições assim tão claras, e pode ser inclusive usada contra a teoria, ou a favor de uma alegação costumeira, a de que a unicidade de cada experimento ('o Brasil é diferente') pode ser sempre invocada em benefício da intuição, do amadorismo e da improvisação. Ou da proliferação de "teorias sobre o Brasil", que um historiador bem classificou de "gênero literário", ou "uma espécie de angústia de identidade". Campos específicos de conhecimento, ou "ciências aplicadas", como a Economia, a Medicina, ou o Direito, parecem presas fáceis para vulgarizações do famoso Princípio da Incerteza, formulado em 1927 pelo físico alemão Werner Heisenberg, segundo o qual, todo objeto é alterado pela observação. O Princípio tinha como referência o mundo subatômico da mecânica quântica, mas no campo das ciências do homem, é comum encontrar uma formulação "de esquerda" da mesma tese segundo a qual a objetividade em ciências sociais é impossível pois o observador é parte do objeto, e sua perspectiva é determinada pela sua posição no processo produtivo e, por consequência, pela sua classe social e pelos seus interesses orgânicos. E, em conclusão, como a objetividade não existe, senão como ideologia burguesa, uma proposição científica apoiada pela evidência empírica vale tanto quanto uma resolução tomada num congresso partidário.

Como subciência, gênero literário, ou instrumento de advocacia de interesses econômicos, a economia tem estado permanentemente sob pressão, perseguida

por metodologias alternativas, detratores sistemáticos, críticos amadores, "praticantes" educados pela escola da vida, convenções partidárias, expatriados das "escolas práticas de saber econômico", como foram chamados alguns órgãos de governo, todos a apontar suas limitações. Apesar das culpas individuais, e fraquezas inevitáveis de economistas profissionais sem disposição para o diálogo fora da academia, não há dúvida que temos aí os indícios de um problema mais geral. E para adquirir perspectiva sobre o tema convém *et pour cause* recorrer à História. Conforme um relato de um historiador sobre a experiência científica no Século XX:

"Em determinado período, na Era dos Impérios, partiram-se os laços entre as descobertas dos cientistas e a realidade baseada na experiência dos sentidos ou por eles imaginável; e o mesmo se deu com os laços entre a ciência e o tipo de lógica baseado no senso comum ou por ele imaginado. Os dois rompimentos reforçaram-se um ao outro, pois o progresso das ciências naturais passou a depender cada vez mais de pessoas escrevendo equações (ou seja, sentença matemáticas) em pranchetas de papel do que fazendo experiências em laboratórios. O século XX seria o século dos teóricos dizendo aos práticos o que deviam buscar à luz de suas teorias; em outras palavras, o século dos matemáticos".

Jamais a humanidade dedicou tantas energias, tantos recursos humanos e materiais às ciências básicas e aplicadas. O progresso tecnológico, em consequência, não apenas não tem qualquer precedente em sua extensão, como se modificou drasticamente no que respeita à sua própria produção. A inovação se torna rotineira, pois se segue de pesquisa que se tornou sistemática, pois se avolumou como obra coletiva e se organizou e institucionalizou como ocupação regular de uma enorme comunidade comportando impressionante grau de especialização, inacessibilidade aos não iniciados e impessoalidade em suas partes componentes. A comunidade científica recolhe-se às regras da meritocracia acadêmica, ao árido mundo das publicações científicas, à cumulatividade exasperante do conhecimento, desfrutando das incríveis vantagens da divisão do trabalho e alcançando enorme eficiência, ao custo de se perder, talvez, um tanto da perspectiva sobre o todo, ou de se reduzir as possibilidades da interdisciplinaridade.

Para as ciências sociais, ou campos aplicados de conhecimento, o divórcio do senso comum e a institucionalização como acima descrito, são ainda mais perigosas do que no caso das ciências da natureza, *hard sciences*, como se diz. Se ao encontro destas se ergue uma infinidade de ataques oriundos do preconceito e da ignorância, ou da perplexidade, ou mesmo revolta, pelas suas conquistas, imagine-se o que pode surgir como objeção para as ciências que procuram tratar do comportamento humano, individual ou social. As ciências em geral não têm problemas em lidar com a ignorância, pois enfrentá-la é seu ofício, porém dentro de seu próprio campo, e sob as regras objetivas da academia e do método científico. Mas, como já mencionado, os problemas maiores estão fora das cidadelas universitárias de onde boa parte dos praticantes das ciências "duras" nunca precisa sair. Toda ciência, conforme

observa Carl Sagan (1995, pp. 54-55), convive necessariamente com a sua sombra, sua vulgarização, sua "pseudociência":

"Cada área da ciência tem o seu próprio complemento de pseudo ciência. Os geofísicos têm que se haver com Terras chatas, Terras ocas, Terras com eixos loucamente oscilantes, continentes que emergem e afundam rapidamente, além de profetas de terremotos. Os botânicos têm plantas cuja ardente vida emocional pode ser monitorada com detetores de mentiras, os antropólogos têm homens macacos sobreviventes, os zoólogos têm dinossauros remanescentes, e os biólogos evolutivos têm os literalistas bíblicos mordendo o seu flanco. Os arqueólogos têm astronautas antigos, runas forjadas e estatutária espúria. Os físicos têm máquinas de movimento perpétuo, uma multidão de refutadores amadores da teoria da relatividade, e talvez a fusão a frio. Os químicos ainda têm a alquimia. Os psicólogos têm grande parte da psicanálise e quase toda a parapsicologia. Os economistas têm previsões econômicas de longo alcance. Até agora, os meteorologistas têm a previsão do tempo a longo prazo a partir das manchas solares ... A astronomia tem, como sua pseudociência mais importante a astrologia, a disciplina que lhe deu origem. As pseudociências às vezes se cruzam, combinando a confusão - como nas buscas telepáticas de tesouros enterrados na Atlântida, ou em previsões econômicas astrológicas."

Não há dúvida, ademais, que é muito mais fácil apresentar a pseudociência ao distinto público do que a ciência, pois aquela não apenas parece mais simples como mais profundamente apela às necessidades emocionais das pessoas. "Quando a medicina tradicional fracassa – diz Sagan (1995, p. 228) – quando temos de nos conformar com a dor e a morte, é claro que estamos abertos a outras perspectivas que mantenham a esperança". A crença em milagres fornece um interessante exemplo de um sistema alternativo de crenças que se revela aparentemente robusto aos cânones científicos de comprovação. O truque, todavia, é estatístico, e tem a ver com a Lei dos Grandes Números. Desde 1858, quando se relatou uma aparição da Virgem Maria em Lourdes, na França, a Igreja Católica relata a ocorrência de 65 milagres no local. Tendo em vista o número estimado de visitantes ao santuário, a probabilidade de uma cura está em cerca uma em um milhão. A probabilidade de regressão espontânea em todos os cânceres considerados em conjunto, segundo evidência disponível, é de cerca de uma em dez a cem mil de modo que se apenas 5% dos que visitam Lourdes têm câncer, isso seria suficiente para produzir o número de "milagres" documentados. Nada disso, todavia, retirará o interesse dos desenganados de ir a Lourdes, o que continuará a fornecer conforto espiritual aos peregrinos e ajudará a economia da região. A pseudociência mesmo quando não está inteiramente inume ao teste da experiência, não incomoda a ponto de ser execrada ou proibida. Resguardados certos cuidados, sua prática é inofensiva.

As ciências da natureza têm uma convivência tensa, mas relativamente mais fácil com as mistificações inofensivas: Ufologia, espiritualismo, percepção extra-sensorial, telepatia, telecinésia, "visão remota", estátuas que choram, radbomancia, poder das pirâmides, quiromancia, numerologia, além do Triângulo das Bermudas, do "Horror de Amityville", das Previsões de Nostradamus e das Testemunhas de Jeová, a lista é interminável. Os

partidários da Nova Era podem argumentar que "a própria ciência é irracional ou mística. É apenas outro credo, outro sistema de crença ou outro mito, e não tem mais justificção do que qualquer um dos outros" (*Ibid.* p. 244). Com efeito, para os não iniciados, os mecanismos subjacentes ao Tarô, ou às auras multicoloridas, podem ser tão incompreensíveis quanto os da mecânica quântica ou à lei das vantagens comparativas. Mas de toda maneira, a despeito do tratamento cortês e "politicamente correto" dedicado aos sistemas alternativos de crenças, inclusive, por que não dizer, às religiões dominantes no mundo ocidental, é difícil imaginar duas ou mais formas de "objetividade". Os antropólogos parecem divertir-se com a existência desses múltiplos sistemas de crenças nas mais diversas culturas, inclusive as mais "modernas": pesquisas demonstram, por exemplo, que percentagens elevadas de brasileiros acreditam firmemente em religiões que incorporam transe e possessão. Já nos EUA, percentagens semelhantes podem ser encontrados de indivíduos que acreditam em abdução de seres humanos por discos voadores. Aos olhos dos ufólogos, ou dos umbandistas, suas crenças são tão legítimas quanto as verdades que proclamamos como científicas.

As ciências "duras" podem adotar uma indiferença olímpica diante disso tudo, apenas evitando que esses fenômenos e seus sacerdotes invadam a Torre de Marfim. Mas para alguns dos pobres economistas, que precisam lutar em campo aberto, disputando a opinião pública, a situação é bem diversa. Na imprensa e nos debates parlamentares, a retórica e a mistificação são recursos legítimos e de grande importância nos embates que governam as decisões políticas. Nessas disputas no campo da política econômica, o "alternativo" se apresenta com o mesmo estatuto da sabedoria do *mainstream* da profissão, amadores e profissionais são colocados em pé de igualdade a serviço das correntes políticas em confronto. No terreno "pop", para usar a terminologia de Paul Krugman, não há primazia nem autoridade intelectual. Teorias de 200 anos de idade e amplamente estabelecidas podem não ter apelo algum para os "homens práticos" que precisam lidar com situações concretas. E o problema está longe de ser brasileiro: Krugman (1996, pp.viii-ix) alega que os debates sobre questões de economia internacional nos EUA foram dominados por uma "retórica escorregadia", própria das discussões "pop", onde reinam amadores, polemistas, divulgadores bem ou mal intencionados, jornalistas convertidos a alguma fé, e o que ele chamou de "empresários de políticas", ou seja, profissionais do debate, quase como pistoleiros de aluguel, cujo papel é fundamental na interação entre políticos e economistas, na qual "os políticos tentam encontrar economistas com ideias que eles possam empacotar e ... os economistas desenvolvem ideias ao mesmo tempo em que tentam transformá-la em influência política" (1994, p. 4).

O parentesco com a cena brasileira é real, mas temos algumas particularidades que não se deve perder de vista. O ensino de economia no Brasil recém completou 50 anos, dos quais o período mais rico foi o que se seguiu ao

famoso Seminário de Itaipava em 1966, no qual as melhores mentes da profissão fixaram os rumos da pesquisa e da pós-graduação para o futuro. Nesses anos de formação, conforme observa Maria Rita Loureiro (1997, p. 12), "o pensamento econômico no Brasil sempre esteve estreitamente ligado aos temas políticos, aos debates ideológicos e às demandas práticas emanadas das políticas governamentais. Em outras palavras - ela continua - o economista no Brasil, para o bem ou para o mal, nunca foi um cientista fechado nas chamadas "torres de marfim" dos meios acadêmicos. Ao contrário, sempre correu o risco de *sujar as mãos*". Ao contrário do que ocorreu nos EUA, e com as ciências "duras", os embates ideológicos no Brasil arrombaram as portas das universidades, ou estas não amadureceram a ponto de fazer convergir as diferentes "escolas de pensamento" que existem no Brasil. Um *survey* de 1992 sobre o conteúdo dos cursos de pós-graduação em economia oferecidos nas principais universidades brasileiras identificou uma importante polarização entre os principais centros membros da ANPEC (Associação de Centros de Pós-graduação em Economia): aqueles que adotam as ideias do *mainstream* e conduzem seus programas de ensino e pesquisa nos moldes internacionais e que por muito tempo foram minoritários na cena brasileira, e aqueles que procuram construir um novo paradigma exclusivamente a partir da tradição Cepalina e de suas próprias emanações. De certa maneira, é natural a existência dessa dualidade num país periférico, onde influências internacionais e locais vão interagir antropofagicamente. Estamos vivendo, portanto, de acordo com o *survey*:

"... numa espécie de crise de identidade "estrutural" que pode ser muito rica e produtiva no sentido de conferir identidade própria à prática da profissão no Brasil. O pluralismo parece, portanto, uma característica endógena da profissão nos trópicos e certamente devemos pensá-la como desejável. No entanto, é preciso cuidado para, ao fomentá-lo, não patrocinar o sectarismo e o conflito... Enquanto que a ênfase no *mainstream* norte americano pode levar a uma emulação não qualificada de modelos estranhos à nossa realidade e transmitir à formação básica do economista um "complexo de inferioridade" intrínseco, o paradigma cepalino facilmente pode levar a uma "síndrome do alternativo", onde a crítica indiscriminada toma o lugar da formação instrumental e analítica indispensável à prática da profissão. Enquanto, para os centros do *mainstream*, as leituras podem privilegiar excessivamente a literatura estrangeira, os centros "cepalinos" parecem mostrar uma alarmante endogenia e auto referência em suas leituras. "

Fora das fronteiras universitárias essas diferenças se tornam ainda mais agudas. É lamentável que, no Brasil, o enriquecimento instrumental e a construção institucional da disciplina tenha sido tratado como "americanização". Conforme a apreciação de Maria Rita Loureiro (1997, p. 11), "associada ideologicamente ao imperialismo norte-americano e vista, conseqüentemente, como expressão de colonialismo cultural, tal processo de "americanização" sofreu rejeição e resistência por parte de certos grupos ou correntes de pensamento econômico mais próximos a posições políticas de esquerda e teoricamente mais identificados com posições heterodoxas". A crítica ao "irrealismo" da teoria e da "matematização" dos modelos

econômicos se tornou, no Brasil em particular, um extraordinário álibi para os avessos (ou ignorantes) de matemática, ou para os rebeldes de espírito entregarem-se de corpo e alma ao "pensamento crítico", como antigamente a trigonometria levava os estudantes em dificuldades no "científico" para o "clássico", ou para os "métodos alternativos". As premissas fundamentais da Economia Política, alega-se, não caberiam em modelos matemáticos, e resultariam falsificadas - ou reduzidas a caricaturas de si mesmas - a fim de ensinar a expressão mediante equações e pervertidas ainda mais para revelar propriedades matemáticas convenientes a seus manipuladores. Advoga-se, portanto, uma "postura crítica" que significa, na prática, uma desqualificação generalizada da teoria e do economista profissional e, ao fim das contas, um primado do amadorismo e do "alternativo" em detrimento do *mainstream* e da autoridade das posturas técnicas. Houve, de fato, uma época no Brasil, onde era difícil publicar em circuitos acadêmicos, sem que o seu trabalho tivesse como subtítulo "uma abordagem alternativa" ou "uma perspectiva crítica". Nesse contexto, como observamos no início desta seção, é sempre controversa a participação dos economistas na política, pois a primazia da técnica sempre será uma ameaça à própria política, e por ela sempre será colocada em uma posição defensiva ou de ambiguidade. Conforme observado em um estudo recente sobre as novas elites burocráticas, engenheiros e economistas em especial, "os técnicos são hoje prisioneiros de duas versões igualmente malignas e muito difundidas. Ou a elite dirigente ainda é apresentada como a responsável por uma "política" de salvação nacional, o que a torna "toda-poderosa" e capacitada a alimentar imensas esperanças e desesperanças, ou é considerada um plantel de bruxos cujo feitiço sempre se volta contra o feiticeiro". Entre esses extremos navegam os economistas, às vezes como redentores, outras tantas como vilões, em ambos os casos, geralmente, sem que o mérito (a culpa) seja inteiramente seu (sua)

Referências

G. H. B. Franco (ed.) (1992) Cursos de Economia: catálogo de listas de leitura oferecidas em programas de pós-graduação em economia no Brasil Brasília: ANPEC.

A. C. Gomes (1994) "Novas elites burocráticas" em A. C. Gomes *et al* (eds.) Engenheiros e economistas: novas elites burocráticas Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.

E. Hobsbawn (1994) A era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991 São Paulo: Companhia das Letras.

P. R. Krugman (1996) Pop internacionalism Cambridge: MIT Press.

_____ (1994) Vendendo Prosperidade: sensatez e insensatez econômica na era do conformismo Rio de Janeiro: Campus, 1997.

D. Landes (1969) The unbound Prometheus: technological change and industrial development in Western Europe from 1750 to the present Cambridge: Cambridge University Press.

M. R. Loureiro (org.) (1997) 50 anos de ciência econômica no Brasil Petrópolis: Editora Vozes.

C. Sagan (1995) O mundo assombrado pelos demônios: a ciência vista como uma vela no escuro São Paulo: Companhia das Letras, 1996.